

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

União e PP longe dos palanques presidenciais

As primeiras reuniões de cúpula dos presidentes do União Brasil, Antonio Rueda, e do PP, Ciro Nogueira, indicam que eles pretendem oficializar um casamento com qualquer candidato ao Planalto. A ordem é focar na eleição de deputados e senadores. Afinal, é o número de deputados que define o valor do fundo partidário destinado a cada agremiação. A federação, segundo cálculos de parlamentares, planeja eleger entre 109 e 120 parlamentares.

A polêmica das salvaguardas

No acordo do Mercosul-União Europeia, parlamentares do agro querem que o Brasil negocie as salvaguardas adotadas pelos europeus, de forma a evitar que a aplicação de gatilhos automáticos, o que pode levar a suspensão dos benefícios tarifários em caso de queda nos preços de 5%. O setor quer que o gatilho seja negociado caso a caso, quando houver algum pedido para que seja aplicado. É isso que vai nortear as discussões da tramitação no Congresso.

Falta atuação

Convidados para participar da solenidade de pacto contra o feminicídio no Palácio do Planalto, alguns parlamentares não compareceram. A senadora Margareth Buzetti (MT), por exemplo, aprovou seu projeto do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais, que entrou em vigor em novembro de 2024, mas até hoje não viu a implementação. Basta uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o cadastro começar a valer e o Ministério da Justiça tomar a frente dessa implementação.

Quer bancar, que pague

O setor produtivo olha com atenção e cautela a discussão da PEC 6x1, que propõe a redução da jornada dos trabalhadores brasileiros. Os empregadores são favoráveis a conceder direitos, mas querem que o governo arque com os custos. Uma possível saída é a desoneração da folha de pagamento para setores que tiverem a carga horária reduzida. O assunto ainda está incipiente e foi colocado na roda durante almoço na Frente Parlamentar de Comércio e Serviços.

O "raio X" do Master vai tensionar a política

Que ninguém espere complacência do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Renan Calheiros, em relação ao caso Master. Nem tampouco que ele preserve aliados ou adversários. Quem estiver enrolado, que responda por seus atos. Até aqui, Renan tem colocado seu maior adversário na roda. Numa conversa com jornalistas em seu gabinete, o senador foi claro: "Os dirigentes da Câmara do Centrão chantagearam o ministro do Tribunal de Contas da União (Jhonatan de Jesus). Arthur Lira e Hugo Motta levaram o rapaz a isso (tentar reverter a liquidação do Master. O presidente do TCU evitou e Jhonatan foi para Roraima e não voltou mais".

Vem mais/ Da mesma forma que fala de Arthur Lira, Renan quer que o governo Lula explique as três reuniões palacianas com Daniel Vercaro. Até aqui, Renan Calheiros não se pronunciou sobre a investigação aberta pelo Superior Tribunal de Justiça em relação ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que é do seu partido, o MDB. Seu plano de trabalho não cita o BRB.



Porém, com os três senadores do Distrito Federal na subcomissão, não faltará quem proponha o chamamento do GDF e do Banco Regional de Brasília (BRB), para prestar esclarecimentos.

CURTIDAS

É para investigar, viu?/ Escaldado com o fato de o senador Izalci Lucas (PL-DF) defender o governo Jair Bolsonaro na CPI da Covid, em 2021, o ex-relator da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), virou-se para Izalci e foi direto: "Aqui é para apurar tudo. Não faremos uma investigação com cloroquina!"



No Senado colocamos o feminicídio no Código Penal. Não pude ir à solenidade do Planalto porque estava abrindo a investigação contra o Master. Mas a ausência master de Alagoas na solenidade de combate às agressões contra a mulher foi do deputado Arthur Lira".

Do senador Renan Calheiros (MDB-AL), um dos autores da proposta que colocou o feminicídio no Código Penal, ao se referir ao ex-presidente da Câmara e seu ferrenho adversário no estado.

Por falar em Arthur Lira.../ Causou estranheza entre os integrantes do partido Progressistas o fato de o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino ter determinado a acareação do deputado José Rocha (União-BR) apenas com Arthur Lira (PP-AL). Os pepistas dizem que outros deputados fizeram as mesmas afirmações que Lira, e por enquanto ao que eles sabem, não serão obrigados a passar por esse constrangimento.

Casa da Liberdade, mas.../ Sem liberdade de circulação. Na festa que promoveu para marcar a abertura do ano legislativo, a Casa da Liberdade, que reúne empresas e parlamentares que defendem o livre-mercado, os anfitriões mantiveram a parte interna apenas para parlamentares, autoridades e convidados com "pulseiras douradas". E a verde para os demais convidados.

CONGRESSO

PF fará acareação sobre emendas

Ministro Flávio Dino, do STF, determina procedimento para esclarecer contradições no inquérito sobre orçamento secreto

» WAL LIMA

A Polícia Federal foi autorizada a confrontar os depoimentos do ex-presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) e do deputado José Rocha (União Brasil-BA) no inquérito que apura a destinação de emendas parlamentares no modelo do antigo orçamento secreto. A decisão é do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator do caso.

A acareação foi determinada após a identificação de versões divergentes apresentadas pelos parlamentares à PF sobre a indicação de recursos orçamentários. A medida integra a investigação que deu origem à Operação Transparência, deflagrada em dezembro do ano passado.

Será a primeira vez que Arthur Lira prestará depoimento à Polícia Federal no âmbito desse inquérito, que investiga possíveis irregularidades envolvendo as emendas de relator — mecanismo que dificultava a identificação dos autores das indicações e acabou declarado inconstitucional pelo STF.

A Operação Transparência teve como alvo a ex-assessora da Presidência da Câmara Mariângela Fialek, conhecida como Tuca. À época, agentes da PF cumpriram mandados de busca e apreensão no antigo gabinete da servidora e em sua residência, onde foram recolhidos celulares, computador e anotações. O material segue sob análise.

A autorização para a acareação ocorreu após a Advocacia da Câmara dos Deputados apresentar petição ao Supremo questionando os fundamentos das buscas realizadas no Legislativo. Segundo os advogados, a medida teria

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Arthur Lira: declarações de José Rocha não foram confirmadas

se baseado em informações consideradas imprecisas.

De acordo com a manifestação, essas informações teriam sido fornecidas pelo deputado José Rocha, um dos parlamentares ouvidos no inquérito. Nos depoimentos, ele e outros congressistas apontaram Mariângela Fialek como responsável pela operacionalização do chamado orçamento secreto.

A investigação foi instaurada após os depoimentos do senador Cleitinho (Republicanos-MG) e dos deputados Adriana Ventura (Novo-SP), Glauber Braga (PSOL-RJ), José Rocha (União Brasil-BA), Fernando Marangoni (União Brasil-SP) e Dr. Francisco (PT-PI), que relataram à PF um possível esquema de desvio de emendas de comissão envolvendo a ex-assessora.

Na mesma petição encaminhada ao STF, a Advocacia da Câmara

sustentou que José Rocha teria adotado condutas irregulares na indicação de emendas ao longo de 2024, período em que presidia a Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (Cindre). A suposta contradição levou o ministro Flávio Dino a determinar o confronto direto entre os parlamentares para esclarecimentos formais.

Sem notificação

Por meio de nota divulgada à imprensa, a assessoria de Arthur Lira informou que o parlamentar tomou conhecimento da acareação por meio da imprensa. "Cabe destacar que as declarações pessoais e políticas do deputado José Rocha não foram confirmadas por nenhum dos outros três deputados federais já ouvidos, afincado

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Deputado baiano mencionou ex-assessora em esquema de emendas

aquele que figurou como seu vice-presidente na mesma comissão temática, tampouco pelas duas servidões já ouvidas. Também a Mesa da Câmara dos Deputados, por informações oficiais, que gozam de fé pública, não confirmou as narrativas de José Rocha", pontuou a nota.

O **Correio** entrou em contato com o gabinete do deputado José Rocha, mas não obteve retorno.

Operação Transparência

A Operação Transparência foi deflagrada em dezembro de 2025 após a descoberta de dezenas de planilhas com dados sobre emendas parlamentares em um endereço ligado a Mariângela Fialek.

Conhecida como "braço direito" de Arthur Lira durante a gestão do orçamento secreto, entre 2021 e 2022, a advogada

ganhou notoriedade pela influência que exercia nos bastidores do Parlamento.

Tanto a residência de Tuca quanto o gabinete da Presidência da Câmara foram alvos de buscas autorizadas por Flávio Dino. Durante a operação, os investigadores apreenderam documentos e um computador antigo que continha a maior parte das planilhas com registros de emendas, ainda em análise. Um dos objetivos é verificar se os arquivos correspondem às emendas de relator, conhecidas como orçamento secreto.

Orçamento secreto

Declarado inconstitucional pelo STF em 2022, o orçamento secreto — operacionalizado por meio das emendas de relator (RP9) — ampliou

significativamente a influência do Congresso sobre a alocação de recursos federais. Entre 2020 e 2022, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o mecanismo resultou no empenho de cerca de R\$ 45 bilhões.

Desse total, aproximadamente R\$ 20 bilhões foram executados sem identificação dos parlamentares responsáveis pelas indicações, comprometendo a transparência no uso dos recursos públicos.

A ausência de rastreabilidade dificultava, por exemplo, o trabalho da Polícia Federal, que não conseguia identificar quais deputados direcionaram recursos para obras posteriormente colocadas sob suspeita. Também não era possível mensurar quanto cada parlamentar destinava por meio das RP9.

Segundo a PF, a análise das planilhas apreendidas busca esclarecer se os registros correspondem às indicações feitas por parlamentares e como a distribuição do orçamento era definida, a partir de interesses do então presidente da Câmara, Arthur Lira, e de outras lideranças políticas.

Tuca é investigada sob suspeita de ter exercido o "controle e a organização do chamado orçamento secreto em sua primeira modalidade, por meio das emendas de relator", conforme apontou a PF.

"Trata-se de uma atuação prolongada na gestão desses recursos, iniciada durante a pandemia e coincidente com o mandato de Arthur Lira na presidência da Câmara dos Deputados", afirmou a corporação ao solicitar os mandados de busca.

A Operação Transparência também apura se a ex-assessora manteve influência sobre a gestão do orçamento secreto durante a presidência de Hugo Motta (Republicanos-PB) na Câmara.